



DIVISÃO MESORREGIONAL GAÚCHA: INFLUÊNCIA NA DISTRIBUIÇÃO TRIBUTÁRIA E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RECURSOS PÚBLICOS

Diuly da Veiga Correa (apresentador)¹,

Ari Söthe²,

Monize Sâmara Visentini³

Resumo: A partir da década de 1940, o IBGE reconhece a necessidade de aprofundar o conhecimento da divisão regionalizada do Brasil. Com isso, dividiram-se os estados conforme sua geografia, hidrografia e aspectos naturais, em microrregiões e em mesorregiões. Essas divisões foram pensadas no sentido da alocação de recursos para pessoas e regiões até então desconhecidas. O Rio Grande do Sul, segundo o IBGE, está dividido em sete mesorregiões: Nordeste Rio-grandense, Noroeste Rio-grandense, Centro Ocidental Rio-grandense, Centro Oriental Rio-grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Sudoeste Rio-grandense e Sudeste Rio-grandense. Essas vêm se modernizando com passar do tempo, tanto em áreas rurais como urbanas, aumentando sua produção econômica regional. Diante disto, o presente estudo tem por objetivo analisar a influência da divisão mesorregional e seus indicadores sociais, políticos e econômicos na distribuição tributária e execução orçamentária. A metodologia se delinea como descritiva, com coleta de dados documentais, de abordagem quantitativa e de corte transversal. A pesquisa foi realizada a partir de uma população de 497 municípios e uma amostra probabilística e por sorteio de 222 municípios gaúchos. Para atingir o objetivo da pesquisa, a coleta dos dados primários foi realizada por meio de informações documentais, obtidos nas páginas eletrônicas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que disponibiliza o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados coletados correspondem as seguintes variáveis: Classificação mesorregional dos municípios; população (2013); densidade demográfica (2013); ano de emancipação; PIB per capita (2013); distribuição tributária (2009-2013) e

¹ Acadêmica do curso Bacharelado em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul *campus* Cerro Largo/RS. Bolsista Fapergs (EDITAL Nº 191/GR/UFS/2018) - PIBIC/CNPq. E-mail: diuly_correa@hotmail.com

² Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Mestre em Contabilidade pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB

Doutor em desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB

E-mail: ari.sothe@uffs.edu.br

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: monize.visentini@uffs.edu.br



execução tributária na saúde, educação e emprego e renda (2009-2013). Os resultados da pesquisa indicam, inicialmente, que não existe uma relação direta da divisão mesorregional com os indicadores sociais, políticos e econômicos. Identificou-se que existe uma tendência de que os municípios mais antigos sejam mais populosos, com exceção a mesorregião metropolitana de Porto Alegre, que apesar de não apresentar uma média de municípios mais antigos tem uma população maior. De outro modo, identificou-se que a distribuição tributária federal e estadual para os municípios influencia significativamente a execução dos recursos públicos nas áreas da saúde, educação, emprego e renda. Identificou-se que essa influência é ainda mais forte nos municípios da mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense, Metropolitana de Porto Alegre e Noroeste Rio-grandense. Conclui-se que os indicadores sociais, políticos e econômicos das mesorregiões não influenciam significativamente a distribuição tributária federal e estadual aos municípios e sua execução. Por outro lado, a distribuição influencia significativamente a execução orçamentária nas três áreas analisadas.

Palavras-chave: Mesorregiões. Distribuição tributária. Execução orçamentária.

Categoria: Pesquisa

Área do Conhecimento: Ciências Contábeis

Formato: Apresentação Oral